



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

1 Data: 12 de novembro de 2025.

2 Ao décimo segundo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, foi realizada
3 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, no auditório da Secretaria
4 Municipal de Assistência Social, Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 - Vila Ipiranga - Londrina
5 - PR. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Amanda Boza Gonçalves, Cláudia
6 Lanzone, Patrícia Soares Alves da Silva, Carolina Fávaro, Ana Maria do Nascimento, Márcia
7 Figueiredo Barioto, Adriana da Cruz Barrozo, Jenifer Araújo Barroso Bilar, Poliana de Paula
8 Amâncio, Gleycielle Tamires Kawana dos Santos, Simielle Borges Belisário, Roseli Rodrigues
9 de Souza, Luciana dos Santos Coronato, Cassia Talita Terciotti Moretti, Natalia Gadelha de
10 Souza, Luiz Fernando da Silva, Danielle Godoi A. Rodrigues, Isabela de Barros Vilas Boas,
11 Viviane Alves Molina, Andressa Prudêncio da Silva, Ana Beatriz S. Pimentel, Lygia Mariane
12 Bordonal, Daniel Soares da Silva, Fabrícia Laís Pigaiani, Denise Maria Fank de Almeida, Rita
13 de Cássia Lemos Barboza, Flávio Alves Folgado, Juraci Raitz Mendes, Carlos da Silva, Cleide
14 Oberle. Estiveram presentes também: Maria Isabela Moreira, Brenda Saito, Mariane Yumi
15 Yamamoto, Karen Deemiro, Bruna Souza, Giulia Maranhão, Elza Coutinho, Elisângela da Silva,
16 Jenifer Cavalcante, Marilza Cardoso, Letícia Menegon, Kauã Moreira, Júlia Campos, Alice
17 Venâncio. Transcorrido o tempo para a segunda convocação, saudando e dando boas-vindas a
18 todos os presentes, Lygia Mariane Bordonal, vice-presidente do CMAS, deu início à reunião às
19 13 horas e 30 minutos apresentando pauta que segue: 1. Apresentação e aprovação da pauta; 2.
20 Aprovação de atas: 24/09; 01/10; 08/10; 15/10; 16/10; 3. Apresentação sobre a destinação de
21 bens móveis das OSCs: Casa Verde e Bom Samaritano; 4. Apresentação e deliberação sobre
22 Emenda Parlamentar; 5. Apresentação e deliberação sobre fluxo e plano de atendimento para o
23 mês de dezembro-SCFV; 6. Relato da Mesa Diretora; Relato de Comissões e Relato de Usuários.
24 Em seguida, a coordenação solicitou a inclusão de duas pautas adicionais: o cancelamento de
25 inscrição da Casa do Bom Samaritano e da Casa Verde, e a discussão sobre o orçamento e o
26 contingenciamento previsto para 2025. Foi perguntado se havia mais pedidos de inclusão e, na
27 sequência, uma das conselheiras solicitou a inversão de dois pontos da pauta, pedindo que a
28 apresentação sobre a destinação de bens móveis fosse antecipada para antes da discussão das
29 emendas parlamentares. A solicitação foi aceita pela plenária. Seu Carlos, conselheiro, levantou



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

30 uma preocupação sobre o início das capacitações voltadas aos usuários, perguntando por que
31 ainda não haviam começado. A coordenação explicou que houve problemas de agenda, mas que
32 o cronograma seria iniciado já na próxima semana. Com todas as inserções finalizadas, a pauta
33 foi aprovada. Passou-se então ao processo de aprovação das atas anteriores. A coordenação
34 explicou que, conforme o regimento, as atas devem ser enviadas previamente por e-mail, já com
35 as alterações solicitadas incorporadas, entendendo-se que isso substitui a leitura integral durante
36 a reunião. No entanto, alguns conselheiros relataram dificuldades de acesso, especialmente
37 quando utilizam o celular ou quando não possuem computador. Debateram-se alternativas, como
38 disponibilizar versões impressas antes da reunião, mediante solicitação. A discussão se ampliou,
39 abordando a necessidade de garantir acesso às informações também aos participantes que não
40 são conselheiros, especialmente usuários presentes nas plenárias. Surgiu a possibilidade de criar
41 uma forma de disponibilizar “pautas em discussão” no site do conselho, mas a coordenação
42 esclareceu que a ata só pode ser publicizada após aprovação formal. Assim, acordou-se que
43 pessoas que não fazem parte do conselho, mas que desejem ter acesso às versões prévias das atas
44 para conferência de suas falas, devem solicitar diretamente à equipe do conselho Municipal.
45 Retomada a votação, a coordenação confirmou que todas as atas enviadas já haviam recebido as
46 correções solicitadas. Em seguida, colocou-se em deliberação conjunta a aprovação das atas do
47 período citado. Houve apenas a solicitação de correção de um erro de data, que foi ajustado. Em
48 votação, não houve votos contrários, registrou-se uma abstenção e as atas foram aprovadas.
49 Encerrada essa parte, a reunião avançou para a apresentação dos bens móveis das OSCs Casa
50 Verde e Bom Samaritano. Com a devida descrição dos bens e suas quantidades, foi relatado a
51 destinação de Bens Adquiridos com Recurso da Parceria da Missão Casa Verde Masculina:
52 Destinados para Renascer, SOS e MMA; da Missão Casa Verde Feminina: Destinado para MMA
53 – Casa Feminina; e Casa do Bom Samaritano: Destinados para Casa do Caminho, Associação
54 Flávia Cristina, SOS, Renascer e MMA. Alguns móveis não tiveram destinos, por isso, ficam
55 guardados na SMAS. Na continuidade dos trabalhos, deu-se início ao debate referente ao recesso
56 e às férias coletivas dos serviços de convivência, tema trazido pela equipe técnica e já
57 previamente discutido com as unidades. Foi apresentada a proposta de recesso geral entre os dias
58 24 de dezembro e 2 de janeiro, acompanhado da possibilidade de concessão de férias coletivas



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

59 aos educadores entre 17 de dezembro e 4 de janeiro, medida que, segundo a comissão, tem se
60 mostrado positiva nos últimos anos, principalmente na redução do impacto do rodízio de férias
61 ao longo do ano e na melhoria da qualidade do atendimento. A explicação reforçou que, durante
62 esse período, a oferta de atividades é naturalmente reduzida, tanto pela queda na frequência das
63 crianças quanto pela reorganização orçamentária das unidades no preparo e no desperdício de
64 gêneros alimentícios. Ainda assim, foi salientado que, embora haja recesso, não se trata de férias
65 das equipes técnicas, que podem ser convocadas caso alguma situação emergencial envolvendo
66 crianças, adolescentes ou suas famílias demande abertura excepcional da unidade. Os celulares
67 institucionais permanecem com as equipes técnicas, permitindo atendimento pontual em caso de
68 necessidade. Em seguida, Seu Carlos, solicitou esclarecimento, especialmente sobre a segurança
69 das unidades durante o período de recesso, citando episódios recentes de furtos em outras
70 organizações. A equipe informou que cada entidade possui seu próprio sistema de vigilância,
71 como alarmes, câmeras ou monitoramento particular, e que, embora o risco nunca seja nulo,
72 sempre há esforços para evitar ocorrências durante o fechamento temporário. Diante das
73 explicações, a proposta foi colocada em votação. Não houve manifestações contrárias,
74 registrando-se apenas uma abstenção, e o recesso, bem como a possibilidade de férias coletivas,
75 foi aprovado. Na sequência, passou-se à análise do pedido de cancelamento da inscrição no
76 Conselho Municipal de Assistência Social das entidades Casa do Bom Samaritano e Casa Verde,
77 uma vez que ambas encerraram a oferta dos serviços tipificados que justificavam sua inscrição.
78 Foi informado que o Bom Samaritano apresentou ofício formalizando o encerramento de suas
79 atividades em setembro, enquanto a Casa Verde já havia comunicado o fim da oferta à Secretaria,
80 que também enviou documento ao Conselho. A equipe técnica relatou a visita de monitoramento
81 realizada ao Bom Samaritano, onde se confirmou que não havia mais acolhidos no serviço de
82 acolhimento institucional para adultos. A entidade também não possuía condições de manter a
83 oferta com recursos próprios, pois não contava com equipe mínima exigida pela normativa.
84 Assim, não havia possibilidade de continuidade do serviço nem de utilização de emenda
85 parlamentar anteriormente indicada, motivo pelo qual a comissão recomendou o cancelamento
86 da inscrição. Ainda durante a visita, orientou-se a entidade a solicitar inscrição em outras
87 modalidades compatíveis com suas atividades remanescentes, como ILPI e serviços vinculados



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen

CEP: 86.010-230 – Londrina – PR

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

88 ao Conselho do Idoso ou ao CMDCA, para que não perdessem oportunidades de financiamento
89 futuras. Sobre os bens inventariados, a comissão reforçou a responsabilidade da instituição em
90 manter registros, plaquetas e documentação completa, orientando inclusive a realização de
91 boletim de ocorrência em casos de extravio, visto que o controle patrimonial é fiscalizado pelo
92 Tribunal de Contas por até dez anos. Após as exposições e relatos complementares dos
93 conselheiros que estiveram na visita, o tema foi colocado em votação. Com apenas uma
94 abstenção, foi aprovado o cancelamento da inscrição da Casa do Bom Samaritano e da Casa
95 Verde no Conselho Municipal de Assistência Social. A reunião avançou então para o debate
96 sobre o orçamento de 2025, com especial atenção aos impactos do contingenciamento e à
97 situação dos benefícios eventuais e do PMTR. Os conselheiros solicitaram esclarecimentos à
98 diretoria financeira sobre a execução atual e as perspectivas para o próximo ano. Márcia explicou
99 que as incertezas sobre parte dos valores prometidos ao município, como os 11 milhões
100 originados de recursos estaduais e os 4 milhões provenientes da Câmara Municipal, estão sendo
101 aguardados para saber como ele vem, de que forma vem e como vai ser alocado, por isso, não há
102 como debater esses valores, pois ainda estão em negociação. O que dá para falar com certeza é
103 somente sobre a execução de 2025, ora, proposto desde o início do ano. Informou que, todas as
104 subvenções, contratos e pagamentos previstos para 2025 estão sendo cumpridos, e que o PMTR
105 voltou à normalidade quanto ao cronograma de repasses. Sobre os benefícios eventuais, explicou
106 que a distribuição entre cartão e depósito está sendo ajustada conforme a disponibilidade do
107 contrato vigente, que possui limite de execução anual. Houve manifestação dos conselheiros e
108 trabalhadores sobre a necessidade de maior agilidade especialmente diante das chuvas e
109 vendavais que afetaram territórios vulneráveis. Márcia afirmou que a gestão está reavaliando a
110 periodicidade das concessões e que medidas emergenciais seriam tomadas para cobrir as novas
111 demandas, reforçando que a eventualidade seria tratada como tal, especialmente nos casos de
112 emergência climática e bloqueios de benefícios federais. Os conselheiros ressaltaram a
113 importância de retomar a flexibilidade histórica desse benefício, lembrando que a rigidez no
114 calendário prejudica famílias que necessitam de atendimento imediato. Também pediram atenção
115 à reinclusão de famílias no PMTR e à necessidade urgente de ampliação da capacidade de
116 atendimento do Cadastro Único, uma vez que bloqueios de Bolsa Família e BPC têm contribuído



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

117 significativamente para o aumento da busca por benefícios eventuais. O debate contou com
118 tensões e manifestações sobre a falta de clareza entre os anúncios oficiais feitos pela Prefeitura e
119 a comunicação às equipes técnicas. Márcia reforçou que parte das definições anunciadas
120 politicamente ainda não possui instrumento formalizado e, por isso, a equipe técnica só pode
121 repassar informações confirmadas. Os conselheiros insistiram pela necessidade de alinhamento
122 entre a gestão, a base técnica e o Conselho, lembrando que a ausência de informações claras
123 compromete o planejamento, gera desgaste entre trabalhadores e usuários e reforça desigualdades
124 no território. Encerrada essa parte, a reunião avançou para os debates referentes ao Cadastro
125 Único e às dificuldades enfrentadas pelas equipes diante do aumento expressivo das demandas
126 de atualização e bloqueios por parte do Governo Federal. Os conselheiros passaram a relatar
127 situações práticas vivenciadas pelos serviços, enfatizando a sobrecarga, a pressão por resultados
128 e a ausência de estrutura adequada para responder ao volume de usuários que buscam
129 regularização de benefícios essenciais. Destacou-se a importância de preservar a execução direta
130 do Cadastro Único pelos servidores públicos, afirmando que o serviço não pode ser terceirizado
131 sob risco de perda da qualidade e do vínculo com a rede socioassistencial. Foram citados
132 exemplos de municípios da região que já repassaram a função a empresas privadas, com impactos
133 negativos. Ela reforçou que os trabalhadores que hoje atendem Cras, Conselhos Tutelares e
134 outros serviços detêm expertise acumulada ao longo dos anos, o que torna o atendimento mais
135 rápido, preciso e humanizado. Diante disso, defendeu a criação de um grupo de trabalho para
136 organizar propostas conjuntas, ouvindo quem está diariamente nos serviços e compreende a
137 realidade concreta dos territórios. Na sequência, outra conselheira manifestou preocupação com
138 a interpretação de “medidas emergenciais” para enfrentar a fila, argumentando que soluções
139 apressadas podem agravar o problema ao invés de resolvê-lo. Ela salientou que o caráter
140 emergencial tem sido recorrente, ano após ano, e que isso impede a estruturação definitiva de
141 fluxos que garantam estabilidade ao atendimento da população. O conselheiro Carlos pediu a fala
142 e questionou sobre o fluxo da visita domiciliar obrigatória em casos de BPC, relatando ocorrência
143 específica envolvendo uma usuária de seu território. Ele explicou que várias pessoas têm tido o
144 benefício suspenso porque a visita não foi realizada a tempo, e pediu esclarecimentos sobre como
145 se dá a atualização cadastral quando há bloqueio. A equipe técnica respondeu que, quando o



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

146 sistema federal determina visita, o cadastro só é liberado após a conclusão da mesma; não há
147 pagamento retroativo até que a verificação seja feita, e as equipes têm organizado as agendas
148 conforme os bloqueios chegam. Ressaltaram que a rigidez atual vem do Governo Federal, que
149 deixou de aceitar margens de tolerância, exigindo atualização imediata diante de qualquer
150 mudança de dados. Flávio, conselheiro, relatou outra situação vivida por sua própria família, na
151 qual quase houve perda de retroativos por falta de informação adequada. Ele reforçou a
152 importância do Cras orientar os usuários a comparecerem ao INSS e obterem documento de
153 comprovação de situação ativa antes de buscar o recadastramento, para evitar prejuízos. Outros
154 membros concordaram e sugeriram que o Conselho elaborasse orientação formal a ser
155 compartilhada com toda a rede. Devido ao encerramento dos repasses e à ausência de garantia
156 formal de continuidade dos serviços, todos os trabalhadores da Cáritas já estão sendo colocados
157 em aviso prévio, com término previsto para dezembro. Assim, mesmo que o recurso chegasse no
158 final do ano, não haveria como manter imediatamente as equipes, devido às regras trabalhistas
159 que impedem recontração imediata. Esse esclarecimento gerou forte preocupação entre os
160 conselheiros, sobretudo porque o prefeito havia declarado publicamente a manutenção do
161 Programa de Migração e a análise de nova proposta para Inclusão Produtiva, mas sem apresentar
162 fonte orçamentária real. Outros conselheiros reforçaram que havia grande confusão entre as falas
163 públicas do Executivo e o que de fato chegava oficialmente à Secretaria. Argumentaram que
164 parte dos vereadores parecia desconhecer o impacto das decisões tomadas e que havia
165 necessidade de comunicação transparente e fundamentada com o legislativo. Ressaltaram ainda
166 que os recursos divulgados na imprensa como destinados à assistência, na verdade, seriam
167 aplicados em programas de empregabilidade política correlata, mas não integrante do Suas. Lygia
168 sugere que essa pauta seja fixa nas próximas reuniões e que a Secretaria atualizasse o Conselho
169 mediante documentos formais sempre que houvesse alteração na situação dos serviços e dos
170 repasses, para evitar desinformações e interpretações equivocadas. Avançando na discussão,
171 voltou-se à resolução aprovada anteriormente pelo Conselho, na qual ficou estabelecido que
172 qualquer aporte financeiro adicional recebido pela Secretaria deveria ser prioritariamente
173 destinado ao reajuste inflacionário das parcerias vigentes. Isso gerou extenso debate, com relatos
174 de que a votação anterior ocorreu sem clareza suficiente para todos, apesar de terem sido



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

175 apresentadas advertências técnicas sobre os riscos de condicionar recursos ao reajuste. Diante do
176 reconhecimento coletivo de que grande parte da plenária havia entendido o termo “aporte” de
177 forma equivocada, vários membros defenderam a necessidade de revisão da resolução aprovada,
178 de forma a não engessar o uso dos 4 milhões provenientes das emendas da Câmara especialmente
179 porque esses valores, segundo discussão posterior, poderiam ser alocados por decreto após
180 aprovação orçamentária. A diretoria técnica explicou que, apesar de ser possível ajustar o destino
181 dos recursos posteriormente, havia prazo extremamente curto para responder ao ofício da
182 Câmara, exigindo indicação imediata do uso dos 4 milhões. Assim, pela necessidade processual,
183 a proposta seria seguir a resolução vigente para responder dentro do prazo legal, e após isso o
184 Conselho poderia convocar reunião extraordinária para rediscutir a partilha dos recursos, elaborar
185 nova resolução e, se necessário, promover ajustes por meio das ferramentas legais disponíveis.
186 Essa explicação amenizou parte da angústia da plenária, que passou a defender a convocação de
187 extraordinária o mais rapidamente possível, para revisar serviços cortados, mapear valores,
188 compreender impactos e elaborar proposta responsável, técnica e transparente. Rita reforçou que
189 decisões dessa magnitude exigem planejamento, estudo de cenários e organização coletiva e não
190 reações isoladas e emergenciais. Ao final da discussão, ficou combinado que a Secretaria
191 verificaria a possibilidade de ampliar o prazo junto à Câmara, que a presidência do Conselho
192 seria informada e que seria marcada reunião extraordinária com urgência. A proposta incluía
193 levantamento detalhado dos valores necessários para continuidade dos serviços cortados, análise
194 de impactos e formulação de novos encaminhamentos. A última parte da reunião foi dedicada à
195 discussão sobre o tratamento dado aos conselheiros durante a audiência pública na Câmara
196 Municipal. Conselheiros relataram situações de desrespeito, interrupções, tom agressivo e
197 constrangimento, destacando que a postura de alguns vereadores prejudicou a participação
198 democrática e silenciou a pauta da assistência social. Outras conselheiras complementaram que,
199 embora não tenham sido alvos pessoais, perceberam claramente desatenção, deboche e
200 tratamento desrespeitoso à população, às entidades e à equipe técnica, o que não poderia passar
201 sem resposta institucional. A proposta encaminhada foi que o Conselho se reunisse novamente
202 com todos os conselheiros que compareceram à audiência, para construir documento formal e
203 unificado, garantindo que o posicionamento emitido representasse o órgão como um todo, e não



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen

CEP: 86.010-230 – Londrina – PR

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

204 opiniões individuais. A reunião foi encerrada às 17:20, com agradecimentos aos participantes
205 que permaneceram até o final, reconhecendo o esforço coletivo diante de uma pauta extensa. Eu,
206 Márcia Figueiredo Barioto, secretária deste Conselho, lavrei a presente ata, que será submetida
207 à apreciação e aprovação da plenária.